

"Jumbão" garante NCz\$ 129 bilhões

Carlos Menandro

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite o Jumbão — o projeto de lei que distribuiu créditos suplementares ao Orçamento da União, privilegiando os estados de Minas Gerais, Maranhão e Bahia. Apesar da obstrução liderada pelo PT, o Governo conseguiu fazer passar o projeto na Câmara dos Deputados com 254 votos a favor 64 contra e seis abstenções, e no Senado em votação simbólica.

O Jumbão abre créditos de NCz\$ 129,2 bilhões, mas quase 99% desse total são destinados apenas à rolagem da Dívida Pública interna, que pela primeira vez é incluída integralmente no Orçamento Geral da União. Apenas NCz\$ 925 milhões são distribuídos pelos Estados, para obras de manutenção e construção de estradas, manutenção de escolas técnicas, e outras destinações. Desse total fazem parte os NCz\$ 330 milhões arrecadados pelo selo-pedágio, que ainda não tinham entrado no orçamento.

Distribuição

Minas Gerais ficou com 19,93% do bolo — NCz\$ 184,4 milhões — o Maranhão com 19,36% — NCz\$ 179,1 milhões — e a Bahia com 12,88% — NCz\$ 119,2 milhões, segundo levantamento da Comissão Mista de Orçamento do Congresso. A Comissão do Orçamento, na verdade, reduziu os recursos destinados a esses Estados, em relação à proposta original do Executivo. Nessa proposta, o Maranhão tinha 44,23%, e Minas Gerais 25,62% dos recursos destinados aos Estados: saíram perdendo na distribuição o Piauí, que recebeu apenas 0,56%, o Rondônia, com 0,1%.

Obediência à Carta

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente, informou que esse crédito votado ontem à noite de NCz\$ 129,2 bi-



Genoíno tenta impedir votação

lhões previsto no projeto orçamentário, "Jumbão", não representa nenhum acréscimo real no endividamento do Governo e que a sua inclusão no próximo orçamento obedece à nova Constituição, que determina que a rolagem da dívida interna seja prevista no orçamento da União. Até então, só os encargos reais da dívida eram incluídos no orçamento.

O projeto amplia também em NCz\$ 6,7 bilhões o limite de emissão de títulos para o pagamento de juros da dívida pública em 89, atualizando monetariamente a dotação inicial, feita com base numa previsão de inflação zero.

Sem contar com a inflação, o limite se esgotaria agora em agosto. Já com a atualização monetária o Governo terá como rolar a dívida até o final do ano, assegura o coordenador da Dívida Pública da STN, Roberto Figueiredo.